



Políticos e juízes tragédia

Ao contrário das novas gerações, as mais antigas podiam operar com modelos capazes de sinalizar caminhos e antever

JOSÉ EDUARDO FARIA*, O Estado de S.Paulo
25 de junho de 2018 | 03h00

Entre as consequências da velocidade das mudanças, a dificuldade de identificar as questões mais importantes. Ao contrário das novas gerações, as mais antigas podiam operar com modelos capazes de sinalizar caminhos e antever. Hoje, as novas gerações vivem um paradoxo: quanto mais informações recebem, mais se incapacitam de fazer as

PUBLICIDADE



Destino e a

das, mas sabiam
no que sombrios

anceirização dos
zas, a dificuldade de
ostas. Ao contrário das
er com modelos
ações atuais vivem um
se incapazes de fazer as

Uma dessas indagações é saber como proceder na interpretação de fatos, narrativas e teorias. Outra diz respeito ao tema da legitimidade: na democracia, quem tem a autoridade para impor obrigações aos cidadãos? Como interpretar declarações de políticos que, perplexos com a atuação da Justiça, passaram a perguntar quem manda – se os juízes de primeiro grau ou o presidente da República. “No mundo persa ou grego, o destino era uma atribuição dos deuses. Quando Roma inventou a política, deu o destino – e a tragédia – nas mãos dos homens. Às vezes tenho a impressão de que essas corporações querem substituir os deuses antigos”, afirma um desses políticos.

Num período em que a desorientação resulta do aumento das possibilidades de ação, o denominador dessas indagações se traduz pela incapacidade dos políticos de compreender a política a partir de seus componentes básicos – as relações de força, autoridade, mando e obediência. Outro denominador é a ideia de que os prognósticos com relação ao futuro são inversamente proporcionais ao seu conhecimento. Quanto mais se fala do futuro, menos se sabe sobre ele. Um modo de compreender esse cenário de dubiedades é retomar um ponto da obra de Max Weber, para quem os processos civilizatórios podiam ser vistos como processos de racionalização, como os que forjaram o mundo moderno. Uma das características da modernidade está na crise de seus fundamentos nos planos do conhecimento, da moral e da política. A angústia despertada no homem moderno após a libertação dos laços feudais, dizia Weber, levou-o a uma busca obstinada por calculabilidade e previsibilidade, valorizando a impessoalidade nas relações de dominação e uma ordem jurídica elaborada racionalmente.

Foi esse o papel do Direito moderno: assegurar as expectativas dos cidadãos, oferecendo-lhes garantias contra a arbitrariedade do poder estatal, e criar instituições capazes de impor as regras do jogo, propiciando a conversão das paixões políticas em alternativas programáticas submetidas a escrutínio público. Foi isso que fez a segurança na vida social passar a depender da determinação do jurídico – de um sistema normativo com normas objetivas e fronteiras delimitadas em relação à moral. O problema é que as condições que forjaram o mundo moderno se alteraram, exigindo hoje uma reconfiguração da política, na qual o Estado coexiste ao lado de outras instituições tão fortes quanto ele. Isso foi

evidenciado pela ineficácia dos modos convencionais de articulação social, pelo esvaziamento dos modelos social-democratas de transformação política, pelas crises econômicas e pela corrupção.

PUBLICIDADE

A consequência foi a descrença nos instrumentos e nas possibilidades da política. Foi no vácuo deixado pela redução da política tradicional a um balcão de negócios que surgiu o protagonismo judicial, ampliando a jurisdição da Justiça com base em sistemas normativos em que princípios se sobrepõem às regras, por serem mais adaptáveis a sociedades funcionalmente diferenciadas. Quanto mais complexa é a sociedade, menos ela consegue ser disciplinada por normas precisas. Por causa de seus conceitos vagos, de difícil determinação, os princípios propiciam uma interpretação extensiva das leis, o que faz da adjudicação uma instância privilegiada na construção do Direito. Contudo, quando essa interpretação alargada é justificada só com base em argumentos morais, ela passa a ideia de que a política é suja – portanto, prescindível. Não por acaso, antes de ser preso um ex-presidente da República criticou os juízes que o condenaram afirmando que “quem se agarra a princípios não faz política”.

A perplexidade dos políticos, quando criticam princípios ou perguntam quem manda, decorre da incapacidade de perceber as mudanças no Direito e os riscos da desqualificação da política. Quando acusam os juízes de primeiro grau de exorbitar, esquecem-se de que é na primeira instância dos tribunais que se dá o primeiro choque entre o sistema jurídico e as condições reais da sociedade. Esquecem-se de que são esses juízes os primeiros a perceber o fosso entre os problemas sociais emergentes e as limitações das leis. Enquanto os juízes de primeiro grau enfrentam o desafio de ajustar sua função a uma sociedade em mudança, os políticos continuam identificando política com atividades congressuais e com a próxima eleição, desprezando questões como as relativas às funções do Estado. Incapazes de compreender que o Estado, conforme o momento histórico, pode ter funções distintas e adequadas a diferentes objetivos, ignoram que a democracia não é um regime de fórmulas fixas para resolver conflitos de interesse e que a política não pode ser exercida fora dos marcos legais – incluídos os do Código Penal.

Classificar os juízes como deuses pode render discursos e levar a projetos de lei que tipificam o crime de abuso de autoridade, para conter a Justiça. Mas não neutraliza o ativismo judicial ancorado em princípios morais. Não oferece alternativas a um modelo de Direito acusado de relativizar garantias de defesa em nome do combate à corrupção. E não resolve a crise das instituições, notadamente as que definem a organização do mercado e da democracia. Só as aprofunda.

*PROFESSOR TITULAR DA FACULDADE DE DIREITO DA USP E PROFESSOR DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Mais conteúdo sobre:

[Espaço Aberto](#)

[O Estado de S. Paulo](#)

[JOSÉ EDUARDO FARIA](#)

[política](#)

[Justiça](#)

[Max Weber](#)

[Direito \[ciência jurídica\]](#)

[professor](#)

[abuso de autoridade](#)

[corrupção](#)

[ciência](#)

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Fórum dos Leitores

Cartas selecionadas para a edição impressa e portal estadao.com.br

Notas e Informações, O Estado de S.Paulo

05 de maio de 2019 | 03h00

ESTADO DA NAÇÃO

Bola de neve e atoleiro

Os que vão discutir a proposta de emenda constitucional enviada pelo governo ao Congresso visando à reforma do sistema de aposentadorias e pensões deveriam ler e reler o editorial Sem reforma, sobra o atoleiro (1.º/5, A3). Ali está exposto, de forma bem didática, o quadro em que estão as contas do País. O déficit geral do setor público é de 7% do produto interno bruto (PIB), “uma das maiores proporções do mundo”. Mas essa é a notícia “boa”. A “má” notícia é que a dívida pública – verdadeira bola de neve, que só faz aumentar – já é de 78,4% pelas contas do governo e se aproxima de 90% pela metodologia do Fundo Monetário Internacional (FMI), número escandaloso para os padrões de um país emergente como o Brasil. Na média, a dívida dos emergentes é inferior a 50% do PIB, e com juros módicos. Em nosso caso, além do montante da dívida – que é de R\$ 5,4 trilhões –, os juros sobre ela incidentes são altos e tendem a aumentar com os solavancos políticos, constituindo um ralo gigantesco por onde se esvaem centenas de bilhões, drama este alimentado pelo rombo previdenciário, que este ano deverá ultrapassar os R\$ 300 bilhões. “Enquanto a economia derrapa e a arrecadação fraqueja, o governo central arranja-se como pode, com R\$ 30 bilhões de gastos congelados e cortes nas chamadas despesas discricionárias”, diz o editorial, dando a medida do aperto orçamentário, espécie de corte “na carne”, que, a julgar pelas últimas medidas do Executivo, apenas começou e tem tudo para ser aprofundado. Ou o Parlamento toma juízo, assume suas responsabilidades para com a Nação e cumpre o seu dever, abdicando do costumeiro “toma lá dá cá”, ou o País afunda no atoleiro da dívida, com consequências imprevisíveis. Simples assim.

SILVIO NATAL

silvionatal49@gmail.com

São Paulo

Paz para produzir

Passados já seis meses das eleições e quatro da posse, ainda temos no País um acirrado clima ideológico-eleitoral. Isso não é nada bom. O governo tem de cumprir seu programa, os congressistas – responsáveis por aprová-los ou não – têm o dever de discutir os projetos, aperfeiçoá-los e fazê-los sair das Casas legislativas melhor do que entraram. Já o Judiciário, o Ministério Público e instituições correlatas são responsáveis por fiscalizar o cumprimento das leis, pela apuração de crimes ou inconformidades e aplicação das penalidades a quem tenha delinquido, sejam simples cidadãos ou criminosos de colarinho branco egressos do meio político ou empresarial. E embora a democracia seja um regime em que cada um pode falar o que pensa, não se deve ignorar o bom senso. A oposição precisa se acautelar para, no atalhar o governo, não prejudicar o povo. E os membros do governo devem se conter para evitar polêmicas desnecessárias. Precisamos de paz para fazer o Brasil entrar na verdadeira rota do equilíbrio e do progresso. Esse clima eleitoral ou de fim de campeonato só prejudica.

DIRCEU CARDOSO GONÇALVES

aspomilpm@terra.com.br

São Paulo

Setor financeiro

Leio no caderno de Economia & Negócios do Estadão (3/5, B8) que os principais bancos privados ampliam o crédito e veem seu lucro avançar 15,4%. No Brasil, enquanto os setores produtivos, que agregam valor, estão indo de mal a pior, como explicar que o setor financeiro, por sucessivos recordes, só vai indo de bem a melhor?

PAULO EDUARDO GRIMALDI

pgrimaldi@uol.com.br

Cotia

INFRAESTRUTURA URBANA

Governança comum

Um furo na posição errada foi a principal causa do acidente com a tubulação de gás durante obras de saneamento básico na Rua das Carmelitas, em São Paulo. Para melhorar esse quadro as concessionárias de serviços que usam infraestrutura subterrânea (gás, energia, saneamento, drenagem, metrô, etc.) precisam constantemente dialogar para compartilharem entre si o cadastro técnico de suas estruturas. No entanto, apesar de isso já ser feito, trâmites burocráticos nessas relações interinstitucionais podem levar a mal-entendidos, atrasos, imprecisões de dados ou a dificuldades na leitura de plantas e mapas, além de nem sempre haver a constante atualização. Em estudos que realizei in loco em Fortaleza, Roma, Budapeste e Nairóbi, vi que esse é um desafio também para essas cidades. As concessionárias devem cooperar para um plano de governança comum de cadastro técnico e buscar integrar equipes e informações georreferenciadas para garantir boa prestação dos serviços e poupar os próprios funcionários e todos nós de futuros acidentes.

THOMAS DE QUINO FICARELLI, geógrafo, doutor em saúde global

thomriafi@hotmail.com

São Paulo

BOLIVARIANISMO

Ninguém escapa

A Guarda Nacional Bolivariana atacou a igreja de Nossa Senhora de Fátima, da diocese de San Cristóbal, capital do Estado de Táchira, que foi invadida durante uma missa. Bombas de gás lacrimogêneo foram atiradas de motos dentro do templo. Esse ataque, dia 1.º de maio, configura-se como um total desrespeito à dignidade humana, aos fiéis, às autoridades eclesiásticas e ao próprio Vaticano. Em seguida, cerca de 40 membros da Guarda Nacional tentaram invadir a igreja, sob o comando de um general (de sobrenome Ochoa). Mas foram impedidos pelo pároco (padre Jairo Clavijo), depois de intensa discussão e da evacuação do recinto sagrado.

LUIZ ROBERTO DA COSTA JR.

lrcostajr@uol.com.br

Campinas

Venezuela, sapo na panela

Sabem aquela história de que se jogarmos um sapo numa panela de água fervendo ele salta fora e escapa, mas se a água estiver morna e gradualmente elevarmos sua temperatura ele acaba morrendo? Tudo que ver com a Venezuela. Lá existem vários tipos de sapos. Há os sapos gordos, que vivem no ar-condicionado, desfrutando altas mordomias e completamente alienados das dificuldades dos demais. Eles comandam uns sapos musculosos, que têm algumas benesses e atuam em bando (coletivos) contra os demais. Existem outros que, ao notarem que a temperatura da água estava aumentando, optaram por pular da panela e procurar territórios vizinhos. Por fim, a grande maioria: a dos sapos que estão sofrendo. A temperatura da água continua a aumentar, cada dia é pior que o outro. Para estes, o melhor a fazer é se unirem, saltarem todos juntos da panela e enfrentar os sapos gordos. Alguns vão perecer nessa ação, mas não há alternativa. Destaquem-se ainda, por mais absurdo que pareça, alguns poucos que são conhecidos como sapos canhotos, residem em outros territórios e defendem os sapos gordos, não reconhecendo as barbaridades que eles impõem aos demais.

MARCOS LEFEVRE

lefevre.part@hotmail.com

Curitiba

“Quatro meses se passaram e nada de importante foi realizado na economia, na educação, na saúde... Existe alguma coisa mais ‘velha política’ do que isso?”

FRANCISCO EDUARDO BRITTO / SÃO PAULO, SOBRE

O GOVERNO BOLSONARO

britto@znnalinha.com.br

“Bolsonaro concedeu a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco a Olavo de Carvalho. Seria por ele ter chamado o general Mourão de adolescente desqualificado? Mas para empatar o jogo também condecorou Mourão”

PAULO SERGIO ARISI / PORTO ALEGRE, IDEM

paulo.arisi@gmail.com

Cartas selecionadas para o Fórum dos Leitores do portal estadao.com.br

‘O PLANO REAL DESTA DÉCADA’

Às vésperas da inadiável e premente reforma previdenciária – a mãe de todas as reformas de que o Brasil necessita para emergir do buraco sem fundo em que foi atirado pelos incompetentes e corruptos desgovernos petistas –, cabe destacar as oportunas palavras do deputado federal Marcelo Ramos (PR-AM), escolhido pelo centrão, junto com outras forças, para comandar a Comissão Especial da reforma na Câmara: “A reforma da Previdência é o Plano Real desta década. Ela é maior do que partidos, pessoas e eleições. Ela é do Brasil e dos brasileiros. Nenhum interesse menor vai nos impedir de servir ao País”. A esta altura do campeonato, não poderia soar mais apropriada e contundente, pois não?

J. S. Decol decoljs@gmail.com

São Paulo

*

UMA FORÇA PARA A REFORMA

A melhor propaganda para o sucesso da reforma da Previdência seria espalhar por todos os lugares possíveis um carro de som com a fala do infeliz Paulinho da Força: Previdência aprovada, Bolsonaro reeleito e Brasil entrando na rota da recuperação.

Cecilia Centurion ceciliacenturion.g@gmail.com

São Paulo

*

A IRRESPONSABILIDADE DO POLÍTICO

O deputado Paulo Pereira da Silva disse “precisamos de uma reforma da Previdência que não garanta a reeleição do Bolsonaro”. O deputado não se importa com o Brasil, não se importa com a população frágil e desempregada, o que ele se importa é com o seu próprio umbigo, e o de seus “cumpanheiros”. Está documentado por ele mesmo que ele milita contra os desempregados e contra o próprio país. A pergunta é: quem vai tomar as providências necessárias para conter este estelionato contra o Brasil? Ou isso não é crime?

Alpoim da Silva Botelho alpoim.orienta@uol.com.br

São Paulo

*

ELE SABE

Com um discurso contra a reeleição de Bolsonaro, Paulinho da Força diz que defende os trabalhadores ao sugerir a “desidratação” da reforma da Previdência. Óbvio que ele sabe que a reforma é imprescindível para que o Brasil retome o caminho do crescimento econômico e gere empregos para os quase 14 milhões de desempregados, mas o que ele quer, mesmo, é fazer o trabalho da esquerda, impedindo que o País progrida e melhore a vida dos brasileiros. Sabemos que esta insistência na burrice só vai desidratar é a sua força, Paulinho. Bolsonaro pode até não se reeleger, mas muitos irão acompanhá-lo na volta para casa.

Carmela Tassi Chaves tassichaves@gmail.com

São Paulo

*

PELEGO

Paulinho (SD) da Força e suas falas são tudo o que o Brasil não precisa e não quer mais. Chega de “toma lá, dá cá” para aprovar a reforma da Previdência.

Tania Tavares taniatma@hotmail.com

São Paulo

*

SURPRESOS?

Eu não! O nobre deputado Paulo Pereira, via de regra, manifesta opiniões contrárias ao “bem comum”. Ele não percebeu (vamos desenhar) que a reforma preconizada pela equipe econômica, sobre a Previdência Social, tornou-se questão de sobrevivência. Saturam demais a imagem e a postura política deste cidadão.

José Perin Garcia jperin@uol.com.br

Santo André

*

PAULINHO MESQUINHO

O senhor Paulinho da Força é o típico representante do que há de mais atrasado e nefasto no País. Ele coloca seus interesses pessoais e mesquinhos à frente do interesse do Brasil e de seu povo.

Leão Machado Neto lneto@uol.com.br

São Paulo

*

JANTAR INDIGESTO

Há alguns anos, ao entrar num restaurante, meu acompanhante viu o Paulinho da Força jantando numa das mesas. Imediatamente ele chamou o gerente e lhe perguntou: “O senhor sabe quem está sentado aí? E o senhor permitiu a entrada dele ao lado dos seus outros fregueses?”. Então, virou-se para mim e disse: “Vamos embora, não posso ficar sabendo que um crápula destes está no mesmo local”. Na época, não entendi muito bem a extensão dessa manifestação, mas ao longo do tempo, e mais politizada, a atitude faz todo sentido.

Mirta Beatriz Landesman chezmoni@hotmail.com

São Paulo

*

OS CONTRÁRIOS

A fala asquerosa do deputado Paulo Pereira da Silva, licenciado à nossa custa, é exatamente o que pensam todos os opositores da reforma da Previdência! Não é no Brasil nem nas futuras gerações que eles pensam. Pobre país!

Aline Foz fozlili@uol.com.br

bilhões a mais no déficit público. São eles, os picaretas da Câmara, que estão contra nós, e esta conta mais cedo ou mais tarde lhes cobraremos, em praça pública. Traidores!

PUBLICIDADE

Alcides Ferrari Neto ferrari@afn.eng.br

São Paulo

*

DESLEIXO

Enquanto o Congresso Nacional discute mesquinhas para aprovar a reforma da Previdência, vão aumentando o desemprego e a tragédia social no País!

Luiz Frid fridluiz@gmail.com

São Paulo

*

A CNBB E A REFORMA

Na abertura da 57.^a Assembleia-Geral em Aparecida (SP), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criticou o projeto de reforma da Previdência, acusando o governo de “desconstitucionalizar” as regras do sistema previdenciário e omitindo quaisquer preocupações com, por exemplo, os assédios e a violência sexual a menores, noviças e freiras perpetrados por sacerdotes católicos; os escândalos financeiros na diocese de Limeira (SP), com seu bispo achacando suas paróquias visando a aumentar suas propriedades particulares (fazendas, casas e apartamentos); e os desvios na Pró-Saúde (organização “alicerçada na ética cristã e na vasta experiência católica de trabalho social, voltada aos mais diversos públicos, nas mais distintas realidades”) na diocese da cidade do Rio de Janeiro, de onde foram surrupitados cerca de R\$ 52 milhões, agravando a já caótica situação dos hospitais sob sua responsabilidade (mais de 2 mil leitos e 16 mil profissionais de saúde). Para moradia do antigo cardeal do Rio de Janeiro, Dom Euzébio Oscar Scheid, por exemplo, foi adquirido um apartamento no bairro do Flamengo de 500 metros quadrados – quando o papa Francisco mora num modesto quarto no Convento de Santa Martha, em Roma. Como diz o ditado: “Faça o que mando, mas não faça o que eu faço”.

Luiz Antônio Alves de Souza zam@uol.com.br

São Paulo

*

DEBATE CIVILIZADO

Enquanto o governo Bolsonaro luta para conquistar a hegemonia cultural por meio das universidades, religiões e mídia, a reforma da Previdência vai ficando em segundo plano e as contas públicas vão apertando o cerco dos investimentos. A hora de se concentrar na Previdência está passando ao largo e o perigo de um desastre econômico pode complicar a vida dos brasileiros mais do que já está. A disputa política poderia ser feita de forma mais civilizada, fundamentada em números e argumentos inteligentes, longe das mentiras e dos palavrões que agridem os cidadãos de bem e, principalmente, os idosos.

Mário Negrão Borgonovi marionegrao.borgonovi@gmail.com

Rio de Janeiro

SACRIFÍCIO DE TODOS

PUBLICIDADE

Quando se fala sobre enfrentar um problema qualquer, é muito comum escutarmos aquela velha frase: “Cada um tem de fazer a sua parte, cada um tem de dar a sua contribuição. Se todos fizerem a sua parte, a gente resolve o problema”. O Brasil tem um problema gigante a resolver em relação à Previdência Social. O futuro já chegou e a conta a pagar é amarga. O governo enviou uma proposta rigorosa de reforma da Previdência ao Congresso, exigindo sacrifício de todo mundo, incluindo os mais pobres. Ao invés de entrar na onda de “passar a mão na cabeça” dos pobres, acredito que os beneficiários do BPC, o Benefício de Prestação Continuada – um auxílio pago pela Previdência Social aos idosos com mais de 65 anos de baixa renda –, também precisam dar a sua contribuição à reforma. Esse benefício custa muitos bilhões de reais aos contribuintes e não deve ficar como é hoje. Isso tem que ver com justiça, com equidade. Como assim? O idoso beneficiário do BPC está nessa condição basicamente porque não cumpriu com seu dever de contribuir com o INSS, nem mesmo pelo tempo mínimo de 15 anos, necessários para alcançar a aposentadoria por idade, nas regras atuais. Isto mesmo: contribuir com a Previdência é um dever, a pessoa não pode esperar chegar a uma idade avançada e receber aposentadoria de graça. De fato, pergunte a qualquer um destes beneficiários e ele lhe dirá que é “aposentado”. Na mente deles, consideram-se aposentados. O mais irônico é que recebem o valor de um salário mínimo por mês, exatamente o mesmo valor que recebe o trabalhador ou contribuinte facultativo do INSS, que contribuiu durante 15, 20, 25 anos, etc. e se aposentou por idade. Estes últimos puseram a mão no bolso e contribuíram com o seu país, ganham pouco, mas têm todos os méritos para receber uma aposentadoria de fato. Já o beneficiário do BPC, na maioria dos casos, nunca contribuiu com a Previdência – ou talvez contribuiu por 2, 5, 8 anos, muito pouco em relação aos 15 anos necessários. A mensagem perversa que este benefício passa ao cidadão brasileiro é muito simples e forte: “Você não precisa contribuir com a Previdência, só os bobos fazem isso. Quando chegar a idade avançada, apenas se declare como pobre e receba uma aposentadoria grátis para o resto da vida!”. Estou aqui defendendo o fim do BPC? Definitivamente, não. Acredito que precisamos disciplinar o BPC, chamando os beneficiários à responsabilidade de também contribuírem com o sistema previdenciário de seu país. Sim, eles também precisam contribuir, não é hora de “tirar o corpo fora”, como se o problema também não fosse deles. Acredito que o benefício do BPC pago a idosos deve ser taxado, mantendo-se o valor de um salário mínimo, porém com um desconto de 8% sobre o valor. E para que seria esse desconto? Para a Previdência, é claro! A mesma Previdência para a qual o beneficiário do BPC não contribuiu quando era mais jovem, nem mesmo por 15 anos. Fazer isso seria justiça para os aposentados, trabalhadores da ativa e contribuintes facultativos do INSS. Passaria uma importante e poderosa mensagem para a mente de todos os brasileiros, a saber: “Não existe aposentadoria de graça! Se a pessoa não contribuir com a Previdência Social quando for jovem ou adulto, terá de contribuir com a Previdência quando for idosa e requerer o BPC!” (penso que o BPC pago a deficientes físicos e portadores de moléstias graves deve receber outro tipo de tratamento, o que discuto aqui é a taxação do BPC pago apenas por motivo de idade). Milhões de brasileiros idosos recebem o BPC, não podemos fingir que esse contingente de cidadãos não faz diferença na hora de resolver o desequilíbrio das contas públicas. Todo mundo tem de dar sua contribuição, cada um tem de fazer a sua parte.

David Bastos davidresponde@gmail.com

Belo Horizonte

*

CHEGOU O DIA

A Previdência no Brasil foi criada em 1923, para os ferroviários. Após três anos, já se estendeu para portuários, marítimos e herdeiros. Desde 1930, já enfrentava demanda por reformas pelos mesmos motivos de hoje: comprometimento das receitas. Nos anos seguintes novas categorias e adesões

garantiam fluxo de caixa crescente e foram sendo introduzidos mais e mais direitos, benefícios e serviços, iniciando o crescimento dos déficits. Mais que uma reforma, a Previdência precisa de um “recall” para conserto. Saiu da fábrica com defeitos de projeto, cujo conserto exigiria a redução de privilégios e o aumento de contribuições que nenhum governo quis enfrentar. Agora, o Estado não tem mais capacidade de investir, arrecada e trabalha praticamente para a Previdência e não há mais de onde tirar o dinheiro. Nos últimos 60 anos todos sabiam que este dia iria chegar, e ele chegou. Agora, os irresponsáveis de sempre ameaçam obstruir e festejam os adiamentos da reforma no Congresso. São os lobos em pele de cordeiro!

Gilberto Dib gilberto@dib.com.br

São Paulo

*

PREVIDÊNCIA E INFRAESTRUTURA

Se forem considerados os dados do Tesouro Nacional (2017) de que a quase totalidade dos Estados brasileiros, 24 dos 26, gasta mais da metade de sua arrecadação líquida com o pagamento de servidores públicos na ativa, aposentados e pensionistas, e de que, como mostrou editorial recente do “Estadão” (29/4, A3), 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável e 100 milhões ainda não têm acesso ao serviço de coleta de esgoto, sem dúvida são muito alarmantes. Em suma, para que sejam viáveis os investimentos no saneamento básico, é necessário que haja equilíbrio nas contas públicas em geral, e a reforma da Previdência já será um avanço e tanto nesse sentido.

Edgard Gobbi edgardgobbi@gmail.com

Campinas

*

MEC

O despreparo de alguns ministros do atual governo é visível, para não dizer risível. Não é que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, orgulhosamente anunciou na semana que passou, segundo notícia do “Estadão” (3/5, A14), que o ministério, na avaliação da alfabetização de 7 milhões de crianças, gastará R\$ 500 mil em todo o processo? Ministro, salta aos olhos que isso é um absurdo. Sabe quanto seria o custo por criança? R\$ 0,714. Não sei se choro ou se sorrio.

Éden A. Santos edensantos@uol.com.br

Barueri

*

EDUCAÇÃO

Senhor presidente da República e filhos, acaso os senhores assistiram ao programa da jornalista Miriam Leitão na quinta-feira, na GloboNews? Se não, é só pedir, que a Globo manda para vocês. Ali o professor Mozart, do Instituto Airton Senna, e a professora Regina de Assis deram uma lição de como enfrentar o problema da Educação.

Agamedes Paduan agamedespaduan@gmail.com

São Paulo

*

NADA DE NOVO NO FRONT

Saiu o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez e entrou o novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, e tudo permanece exatamente igual no MEC, não há nada de novo no front. Por uma simples razão: quem “comanda” a pasta é Olavo de Carvalho, e nem mesmo o educador Mozart Ramos daria jeito na gestão enlatada que vem de Virgínia. Guru, filósofo ou falastrão? Bem, para o nosso presidente Bolsonaro, Olavo de Carvalho é digno da palma, não à toa o condecorou com o grau máximo da Ordem Nacional de Rio Branco, de Grã Cruz. Eis o “ministro” laureado e excepcional do MEC. Enquanto isso, no Ministério da Educação, o caos da ignorância persiste.

Leandro Ferreira ferreiradasilvaleandro73@gmail.com

Guarulhos

*

URGÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Não criticar, sem muita cautela, aquilo de que não se gosta é uma arte sábia a ser exercitada nos dias atuais, nos quais o Ministério da Educação tem sido dirigido – ou ficado sem direção – pelos dois indicados pelo presidente da República. O primeiro não sabia muito bem o que fazer no Ministério; o segundo não sabe o que fazer com a Educação. Os desacertos da era petista chegam a ser pérolas de intelectualidade diante dos erros grosseiros e declarações minimalistas do ex e do atual ministro da Educação. Impor o slogan do governo federal, determinar a entoação do Hino Nacional, ameaçar cortes de verbas às universidades por causa de festas de seus alunos, errar dados e estatísticas da pasta, desconhecer a importância das Ciências Humanas, incentivar a perseguição de professores em salas de aulas são absurdos que deveriam ser combatidos – e não promovidos – pelo Ministério da Educação. Uma nação cujos melhores estudantes estão nas últimas classificações dos exames internacionais, cuja média anual de livros lidos é uma das mais baixas do mundo, o domínio da própria língua é risível e as melhores universidades caem ano a ano no ranking mundial (a USP, inclusive) tem problemas muito mais prementes e importantes e exige ministros à altura do desafio. Não se espera que o presidente da República (confessadamente sem conhecimentos de Economia) domine a amplitude dos problemas da Educação, mas ao menos que tivesse a sensatez de nomear para a pasta pessoas à altura dos desafios.

Luciano de Oliveira e Silva Luciano.os@adv.oabsp.org.br

São Paulo

*

‘BALBÚRDIA’ NA UNIVERSIDADE

Universidade é essencialmente Ciência Exata e Humana. É o reservatório e berço de conhecimento, cultura, da pesquisa; mas tudo isso tem de estar sistematizado, estruturado e registrado de modo organizado – método é tudo. Agora, ficar pelado, defecar e fazer sexo em público, urinar na cara do colega, consumir álcool e outras substâncias psicoativas, isso seria um salto civilizatório no âmbito da universidade? Esta revolução cultural escatológica impactante causaria avanços no desenvolvimento social, cultura e intelectual dos jovens universitários? Onde estão os fundamentos dessa ciência, cultura ou ideologia do “quebra tudo”? Alguma pista? O que os professores universitários pensam a respeito? Eles estão no comando ou perderam o controle dos rumos da universidade? Tudo isso a academia brasileira ainda nos deve explicar.

Olimpio Alvares olimpioa@uol.com.br

Cotia

*

UNIVERSIDADES PÚBLICAS

PUBLICIDADE

Sobre as atividades nas universidades públicas, em país algum do mundo existe liberdade total para tudo, assim como nos EUA foi reprimida a manifestação popular de Wall Street anos atrás. As universidades públicas podem até promover atividades extraescolares, mesmo extravagantes, desde que isso não envolva recursos públicos e que se cumpram as leis. Da mesma forma, é inadmissível que órgãos públicos, como o STF, usem o dinheiro do contribuinte para comprar bebidas alcoólicas para seus buffets.

Heitor Vianna P. Filho lagos@araruama.com.br

Araruama (RJ)

*

O STF E A MÁXIMA CRISTÃ

O Brasil é o maior país católico do mundo. O Supremo Tribunal Federal decidirá em breve se criminosos já condenados em segunda instância começarão a cumprir desde então suas penas, embora, cumprindo-as, fiquem presos por um sexto ou um terço de suas penas, não importando o sangue derramado de suas vítimas ou o futuro confiscado delas, pelas corrupções sem fim que ocorrem entre muitos desses criminosos. Quanto à máxima cristã de se fazer ao outro aquilo que se gostaria que o outro nos fizesse, há muitas controvérsias, pois até hoje não se decidiu em definitivo sobre o que é a verdadeira justiça e sobre como devemos realizar essa verdadeira justiça entre os homens.

Marcelo Gomes Jorge Feres marcelo.gomes.jorge.feres@gmail.com

Rio de Janeiro

*

NO CONGRESSO

Afinal, existe ou não no Congresso uma PEC do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) que propõe que seja considerada como trânsito em julgado a condenação em segunda instância? Caso sim, por que os partidos que pregam honestidade e transparência no trato das coisas públicas não votam esta PEC?

Victor Raposo victor-raposo@uol.com.br

São Paulo

Mais conteúdo sobre:

[Venezuela \[América do Sul\]](#)[Jair Bolsonaro](#)[reforma previdenciária](#)

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

SIGA O ESTADÃO

Cupons Estadão

PUBLICIDADE

Cupom de desconto Carrefour em 2019
Cupom Carrefour 10% OFF em Eletrodomésticos

Cupom de desconto Amazon 2019

10% de desconto em jogos na Pre-venha com o Cupom Amazon

Cupom Compra Certa em 2019

R\$100 de desconto em sua primeira compra com o cupom Compra Certa. Veja agora!

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE